

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

NOÇÕES PRELIMINARES..... 29

1. Relevância do estudo do Direito Administrativo.....	29
2. Ramo do direito público (taxinomia do Direito Administrativo)	30
3. Conceito de Direito Administrativo	30
4. Fontes do direito administrativo	33
5. Sistemas administrativos	36
5.1. Coisa julgada administrativa.....	38
6. Legislação sobre Direito Administrativo	38
7. Estado, Governo e Administração Pública .	39
7.1. Formas de Estado	40
7.2. Poderes do Estado.....	42
7.3. Governo.....	43
7.4. Formas de governo.....	43
7.5. Administração Pública.....	44
8. Administração Pública no sentido subjetivo/orgânico/formal	44
9. Administração Pública no sentido material/objetivo/funcional	45
10. Função administrativa e função política ..	47

ESTUDO AVANÇADO

1. Atividades Administrativas	48
2. Leis de efeito concreto e função administrativa	48
3. Administração Pública Extroversa e Introversa	48
4. Constitucionalização do Direito Administrativo (reflexões e consequências).....	49
5. Costume e Praxe Administrativa.....	51

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 2

PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS..... 57

1. Introdução	57
---------------------	----

2. Princípios expressos	59
-------------------------------	----

2.1. Legalidade	59
-----------------------	----

2.2. Impessoalidade	62
---------------------------	----

2.2.1. Súmula Vinculante nº 13 do STF.	63
--	----

2.2.2. Aplicações da Súmula Vinculante nº 13 do STF	65
---	----

2.3. Moralidade.....	67
----------------------	----

2.4. Publicidade.....	71
-----------------------	----

2.5. Eficiência	73
-----------------------	----

3. Princípios implícitos.....	76
-------------------------------	----

3.1. Razoabilidade e proporcionalidade..	76
--	----

3.2. Motivação	78
----------------------	----

3.3. Supremacia do interesse público sobre o interesse particular	81
---	----

3.3.1. Indisponibilidade do interesse público.....	82
--	----

3.4. Contraditório e ampla defesa.....	82
--	----

3.5. Segurança jurídica (proteção à confiança).....	84
---	----

3.6. Autotutela (sindicabilidade)	87
---	----

3.7. Tutela ou controle administrativo	88
---	----

3.8. Hierarquia.....	88
----------------------	----

3.9. Continuidade dos serviços públicos .	89
---	----

3.9.1. Exceção ao contrato não cumprido em contratos administrativos	90
--	----

4. Outros princípios	90
----------------------------	----

4.1. Princípio da obrigatoriedade.....	90
--	----

4.2. Princípio da responsabilidade civil do Estado.....	90
---	----

4.3. Princípio da presunção de legitimidade dos atos administrativos.....	90
---	----

4.4. Princípio da precaução	91
-----------------------------------	----

4.5. Princípio da subsidiariedade	91
---	----

4.6. Princípio da responsabilidade e responsividade	91
---	----

4.7. Princípio da sancionabilidade.....	91
---	----

ESTUDO AVANÇADO

1. Princípios fundamentais do regime jurídico administrativo.....	92
2. Considerações sobre a evolução do princípio da legalidade.....	93
3. Princípio da impessoalidade X finalidade..	93
4. Princípio da Publicidade.....	94
5. Razoabilidade e proporcionalidade são sinônimos?.....	95
6. Princípio da Motivação.....	96
6.1. Obrigatoriedade de motivação: doutrina.....	96
7. Indisponibilidade do interesse público e arbitragem.....	99
8. Princípio da subsidiariedade.....	100
9. Comentários à Lei de acesso à informação – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.....	101
9.1. Âmbito de aplicação.....	101
9.2. Noções gerais.....	102
9.3. Direito constitucional à informação..	103
9.4. Direito à memória e à verdade.....	103
9.5. Diretrizes do acesso à informação....	104
9.6. Conceitos previstos na lei.....	106
9.7. Do acesso a informações e da sua divulgação – art. 6º.....	107
9.8. Procedimento de acesso à informação.....	108
9.9. Restrições ao acesso à informação... ..	108
9.10. Dos procedimentos de classificação, reclassificação e desclassificação.....	110
9.11. Responsabilidades.....	111
9.12. Meios judiciais de garantir o acesso à informação.....	112
9.13. Dos recursos – art. 15.....	113
10. <i>Venire contra factum proprium</i> na administração pública.....	114
11. Comentários à Lei anticorrupção – Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.....	115
11.1. Âmbito de aplicação.....	115
11.2. Sujeitos atingidos.....	116
11.3. Responsabilização objetiva.....	116
11.4. Condutas típicas.....	117
11.4.1. Bem jurídico protegido.....	117

11.4.2. Sujeitos passivos.....	117
11.4.3. Tipicidade objetiva.....	118
11.4.4. Tipicidade subjetiva.....	118
11.5. Penalidades.....	118
11.5.1. Sanções administrativas.....	119
11.5.2. Sanções judiciais.....	119
12. Procedimento de responsabilização.....	119
12.1. Administrativo.....	119
12.2. Judicial.....	120
13. Programa de <i>compliance</i>	121
14. Acordo de leniência.....	121
14.1. Noções iniciais.....	121

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**REVISÃO****QUESTÕES DE CONCURSO****CAPÍTULO 3****ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 131**

1. Introdução.....	132
2. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração; centralização e descentralização)	132
2.1. Administração Direta e Indireta.....	136
3. Extensão da Administração Direta.....	136
4. Personalidade jurídica de direito público e de direito privado.....	137
5. Entidades paraestatais.....	138
6. Estudo dos órgãos.....	139
6.1. Características dos órgãos.....	139
6.1.1. Personalidade jurídica.....	139
6.1.2. Patrimônio próprio.....	139
6.1.3. Capacidade processual.....	139
6.2. Teorias do órgão.....	140
6.3. Criação e extinção de órgãos.....	141
6.4. Classificação.....	142
7. Estudo da administração descentralizada..	146
7.1. Formas de descentralização administrativa.....	147
7.2. Criação das entidades da Administração Indireta.....	150
7.3. Criação de subsidiárias.....	152

7.4. Administração Indireta no Poder Judiciário e Legislativo	153	9.3.2. Controle das fundações governamentais pelo Ministério Público.....	211
7.5. Relação da Administração Direta e Indireta	153	9.3.3. Responsabilidade civil	211
7.6. Entidades da Administração Indireta em espécie	155	9.4. Sociedade de Economia Mista e Empresa Pública	212
7.6.1. Autarquias	155	9.4.1. Lei autoriza a criação (art. 37, XIX, da CF).....	212
7.6.1.1. Características	157	9.4.2. Regime de pessoal.....	212
7.6.2. Agências executivas	168	9.4.3. Regime tributário	213
7.6.3. Agências reguladoras.....	170	9.4.4. Regime de bens	213
7.6.4. Consórcios públicos	173	9.4.5. Falência.....	214
7.6.5. Fundações	175	9.4.6. Forma de organização	214
7.6.5.1. Características	179	9.4.7. Composição do capital	214
7.6.6. Sociedade de economia mista e empresa pública	181	9.4.8. Foro processual	215
7.6.6.1. Traços comuns.....	185	10. Lei 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais.....	215
7.6.6.2. Traços distintivos	198	10.1. Introdução	215
7.6.7. Empresas controladas pelo Poder Público.....	201	10.1.1. Âmbito de aplicação	217

ESTUDO AVANÇADO

1. Extensão da Administração Indireta (Criação de entidades da Administração Indireta por órgãos do Poder Judiciário e Legislativo)	202	10.1.1.2. Conceito de EP e SEM.....	219
1.1. Iniciativa das leis sobre criação de órgãos e entidades do Poder Executivo.....	202	10.1.3. Requisitos de Transparência..	221
2. O caso do parecer AC-051, de 2006, da AGU – Recurso hierárquico impróprio	202	10.1.4. Regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno	222
3. Teoria da Encampação.....	205	10.1.5. Solução de conflitos pela arbitragem	222
4. Princípio da especialidade na Administração Indireta	206	10.1.6. Regras de funcionamento.....	222
5. Capacidade processual de órgãos	206	10.1.6.1. Regras de Transparência – art. 8.....	223
6. Classificação dos órgãos	207	10.1.7. Conselho de administração – CONSAD.....	224
7. Formas de Descentralização	207	10.1.7.1. Competências do CONSAD.....	226
8. Criação de subsidiárias	207	10.1.7.2. Do conselheiro independente	227
9. Entidades da Administração Indireta em espécie	208	10.1.8. Comitê de Auditoria Estatutário	228
9.1. Agências reguladoras	208	10.1.9. Da Diretoria	229
9.1.1. Foro dos litígios	209	10.1.10. Do Conselho Fiscal – CONFINS	230
9.2. Agências executivas.....	209	10.2. Licitações	231
9.3. Fundações – divergência acerca da natureza jurídica.....	209	10.2.1. Art. 28 fixa regra nas licitações	231
9.3.1. Controle do Ministério Público...	210	10.2.2. Procedimento de manifestação de interesse privado	236
		10.2.3. Diretrizes a serem observadas nas licitações.....	236

10.2.4. Sigilo no valor estimado	237
10.2.5. Sanções.....	238
10.2.6. Regras de impedimento de participação.....	239
10.2.7. Vedação de participação de parentes e empregados.....	239
10.2.8. Pré-qualificação – art. 39.....	240
10.2.9. Das normas específicas para obras e serviços	240
10.2.9.1. Conceitos.....	240
10.2.10. Vedações	241
10.2.11. Remuneração variável	242
10.2.12. Das normas específicas para aquisição de bens	242
10.2.13. Das normas específicas para alienação de bens	243
10.2.14. Do procedimento de licitação	243
10.2.14.1. Fases.....	243
10.2.14.2. Modos de disputa	247
10.2.14.3. Critérios de julgamento – tipos de licitação – art. 54	248
10.2.14.4. Desempate	249
10.2.15. Dos procedimentos auxiliares das licitações	250
10.3. Dos contratos	251
10.3.1. Da formalização dos contratos.....	251
10.3.2. Garantias	252
10.3.3. Duração dos contratos.....	252
10.3.4. Alteração dos contratos.....	253
10.3.5. Convocação e assinatura do contrato	253
10.3.6. Responsabilidades do contratado	254
10.3.7. Subcontratação.....	254
10.3.8. Da alteração dos contratos....	255
10.4. Da fiscalização pelo Estado e pela sociedade	256
10.5. Disposições finais e transitórias	257

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 4

REFORMA DO ESTADO E TERCEIRO SETOR.....

271

1. Introdução	271
2. Entidades paraestatais.....	275
2.1. Serviços sociais autônomos – Entidades do sistema “S”	277
2.2. Organizações Sociais (OSs)	278
2.2.1. Procedimento licitatório	279
2.2.2. Lei nº 9.637/98 e ADI nº 1.923... ..	280
2.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	281
2.3.1. Procedimento licitatório	282
2.4. Fundações ou entidades de apoio....	283
2.5. Organizações da Sociedade Civil – OSC	284
2.5.1. Termo de colaboração e fomento como espécie de convênios	286
2.5.2. Do chamamento público	286
2.5.3. OSCs impedidas de firmar parcerias.....	287
2.5.4. Das sanções administrativas à entidade – art. 73	288
2.5.5. Casos de não aplicação da Lei n. 13.019/14	289
2.5.6. Atuação de entidades em rede – Art. 35-A	290
2.5.7. Dos atos de Improbidade Administrativa.....	290

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de paraestatais	291
2. Jurisprudência selecionada	293

REVISÃO

CAPÍTULO 5

ATOS ADMINISTRATIVOS.....

295

1. Conceito	295
-------------------	-----

2. Ato administrativo como espécie de ato jurídico	298	ampliativos e restritivos de direitos)	338
3. Fato administrativo e fato da administração.....	300	8.10. Quanto à natureza das situações jurídicas que criam (atos-regra, atos subjetivos, atos-condição)	338
4. O silêncio administrativo	300	9. Espécies de atos administrativos.....	339
5. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	303	9.1. Atos normativos	339
5.1. Competência ou sujeito	303	9.2. Atos ordinatórios.....	339
5.1.1. Características	304	9.3. Atos negociais	340
5.1.2. Delegação e avocação	305	9.4. Atos enunciativos	346
5.1.3. Vícios na competência.....	308	9.5. Atos punitivos.....	347
5.2. Finalidade.....	310	10. Extinção dos atos administrativos	347
5.3. Forma	312	10.1. Extinção natural	347
5.3.1. Formalização ou formalidade	312	10.2. Caducidade.....	347
5.4. Motivo.....	314	10.3. Cassação.....	347
5.5. Objeto	316	10.4. Contraposição ou derrubada.....	348
6. Discricionariedade e vinculação	319	10.5. Revogação	348
6.1. Discricionariedade e mérito administrativo	321	10.5.1. Repristinação	349
6.2. Surgimento da discricionariedade....	321	10.5.2. Natureza do ato revogador	349
7. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo.....	322	10.5.3. Atos que não admitem revogação	349
7.1. Presunção de legitimidade e veracidade.....	322	10.6. Anulação/invalidação	351
7.2. Imperatividade	323	10.6.1. Efeitos da anulação.....	353
7.3. Autoexecutoriedade.....	324	10.6.2. Prazo para anulação	353
7.3.1. Exigibilidade e executoriedade... ..	326	11. Quadro sinótico das diferenças entre revogação e anulação	354
7.4. Tipicidade	327	12. Atos irregulares	355
8. Classificação dos atos administrativos.....	327	13. Convalidação	355
8.1. Quanto aos destinatários	327	13.1. Efeitos da convalidação	357
8.2. Quanto ao alcance	328	13.2. Formas de convalidação	357
8.3. Quanto ao objeto	328	13.3. Quem pode fazer a convalidação ...	358
8.4. Quanto ao regramento ou vinculação ou grau de liberdade.....	329	14. Conversão.....	358
8.5. Quanto à formação/número de vontades.....	330		
8.6. Quanto à eficácia.....	333		
8.7. Quanto à elaboração ou exequibilidade.....	334		
8.7.1. Perfeição, validade e eficácia (exequibilidade).....	335		
8.8. Quanto aos efeitos	337		
8.9. Quanto ao resultado sobre a esfera jurídica dos administrados (atos			

ESTUDO AVANÇADO

1. Atos administrativos e atos da Administração.....	359
2. Controle dos atos de governo	360
3. Silêncio administrativo – atos vinculados e discricionários	360
3.1. Omissões da Administração X reserva do possível e mínimo existencial	361
4. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos	363

5. Obrigatoriedade de motivação.....	364
6. Motivo e Móvel	365
6.1. Motivo e causa	365
7. Vinculação e Discricionariedade.....	366
7.1. Surgimento da discricionariedade....	367
7.2. Discricionariedade e conceitos jurídicos indeterminados	367
8. Atributos do ato administrativo.....	369
8.1. Presunção de legitimidade.....	369
8.1.1. Presunção de legitimidade e prova de fato negativo (mitigação)	369
8.1.1.1. Presunção de veracidade ..	370
8.2. Imperatividade	371
8.3. Autoexecutoriedade.....	371
8.4. Tipicidade	372
9. Classificação dos atos	372
9.1. Atos de império e gestão.....	372
9.2. Quanto à formação	372
9.3. Perfeição, validade e eficácia	373
9.3.1. Plano da eficácia.....	374
9.3.2. Atos de efeitos reflexos e prodrômicos (Celso Antônio Bandeira de Mello).....	374
9.3.3. Vigência e eficácia	376
9.4. Outras classificações	376
10. Espécies de atos administrativos.....	377
10.1. Permissão	377
11. Panorama sobre a responsabilização do advogado parecerista.....	378
12. Extinção dos atos administrativos	383
12.1. Anulação e invalidação.....	383
12.2. Celso Antônio (2004, p. 410) apresenta as seguintes formas de extinção	384
12.3. Revogação e repristinação	385
12.4. Prazo quinquenal para anulação	385
12.5. Efeitos da anulação	386
12.6. Contagem do prazo de 5 anos para anulação	386
12.7. Atos nulos e anuláveis.....	386
12.8. Atos nulos e inexistentes.....	387
13. Correção de vícios	387
13.1. Vícios que podem ser corrigidos	387

13.2. Convalidação (ato vinculado ou discricionário?).....	388
13.3. Agentes necessários e putativos	388

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 6

PODERES ADMINISTRATIVOS..... 397

1. Introdução	397
1.1. Deveres do administrador.....	398
1.2. Abuso de poder	398
2. Poderes administrativos	400
2.1. Poder hierárquico.....	400
2.2. Poder disciplinar.....	402
2.2.1. Características	403
2.2.2. Prazos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.112/90	405
2.2.3. Prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar..	406
2.2.4. Cumulação de sanções (administrativa/penal).....	406
2.2.5. Presença de defesa técnica por advogado no PAD	407
2.2.6. Prova emprestada do processo penal.....	408
2.2.7. Desconto na folha do servidor....	409
2.2.8. Súmulas importantes do STJ sobre Processo Disciplinar	410
2.3. Poder normativo (Poder Regulamentar).....	410
2.3.1. Decreto (exercício do poder regulamentar).....	414
2.3.2. Controle judicial	416
2.3.3. Deslegalização	417
2.4. Poder discricionário e poder vinculado	417
2.4.1. Surgimento da discricionariedade.....	417
2.5. Poder de polícia.....	418
2.5.1. Abrangência do poder de polícia	419
2.5.2. Crítica doutrinária à expressão poder de polícia.....	420

2.5.3. Fundamento	420
2.5.4. Decorrência do poder extroverso do Estado	420
2.5.5. Atributos ou prerrogativas ou características do poder de polícia	420
2.5.6. Caráter negativo do poder de polícia	422
2.5.7. Meios de expressão	423
2.5.8. Espécie tributária.....	424
2.5.9. Poder de polícia em sentido amplo	425
2.5.10. Poder de polícia em sentido estrito.....	425
2.5.11. Competência para exercer o poder de polícia.....	426
2.5.12. Delegação do poder de polícia aos particulares	426
2.5.13. Poder de polícia originário e derivado	430
2.5.14. Sanções de polícia	430
2.5.15. Polícia administrativa e polícia judiciária	431
2.5.15.1. Polícia administrativa	432
2.5.15.2. Polícia judiciária	432
2.5.15.2.1. Polícia de manutenção da ordem pública.....	433
2.5.15.3. Quadro resumo	435
2.5.16. Condições de validade.....	435
2.5.17. Prescrição	435

ESTUDO AVANÇADO

1. Poder hierárquico	436
2. Poder disciplinar	437
3. Poder regulamentar	437
3.1. Decreto autônomo	438
4. Poder de Polícia	439
4.1. Atributos/características do poder de polícia	439
4.2. Poder de polícia e serviços públicos.	440
4.3. Delegação do poder de polícia aos particulares.....	441
4.4. Princípio da exigência de voluntariedade para incursão de infração	442

4.5. Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	442
--	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 7

AGENTES PÚBLICOS..... 451

1. Introdução	452
2. Classificação	452
3. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo	454
3.1. A função de notário.....	456
3.2. A função de Prático da Marinha Mercante.....	457
4. Regime estatutário e trabalhista (ou celetista)	458
4.1. Conselhos Profissionais	459
5. Classificação dos cargos.....	459
5.1. Vitalícios	459
5.2. Efetivos	459
5.3. Comissão	460
5.3.1. Diferenças entre cargos em comissão (CC) e funções de confiança (FC)	461
5.3.2. Súmula Vinculante nº 13 do STF.	461
5.4. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos	462
5.4.1. Quadro resumo	462
6. Provimento	463
7. Demissão e exoneração.....	464
8. Retribuições pecuniárias	465
8.1. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	468
9. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos.....	469
9.1. Acessibilidade aos cargos públicos... ..	469
9.1.1. Vagas para negros – Lei nº 12.990/2014, Revogada pela Lei n. 15.142/2025 (aumentou para 30%).....	473
9.2. Concurso público.....	474
9.2.1. Abertura de concurso quando há candidato aprovado em	

concurso anterior com prazo de validade não expirado	478	10.6.1.3. Indenização de transporte – art. 60.....	533
9.2.2. Exceções ao concurso público	479	10.6.1.4. Auxílio-moradia – art. 60-A.....	533
9.2.2.1. Terceirização na Administração Pública.....	480	10.6.1.4.1. Limites para a concessão do auxílio	534
9.3. Direito de greve e livre associação sindical (art. 37, VI e VII).....	481	10.6.2. Das gratificações e adicionais...	535
9.4. Teto remuneratório	482	10.6.2.1. Da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento – art. 62.....	535
9.5. Acumulação de cargos	484	10.6.2.2. Da gratificação natalina – art. 63.....	536
9.6. Regime jurídico do servidor	488	10.6.2.3. Dos adicionais de insalubridade, periculosidade ou atividades penosas – art. 68.....	536
9.7. Direitos sociais extensíveis aos servidores públicos	488	10.6.2.4. Do adicional por serviço extraordinário – art. 73 ...	537
9.8. Estabilidade	488	10.6.2.5. Do adicional noturno – art. 75.....	537
9.8.1. Requisitos para conquistar a estabilidade.....	489	10.6.2.6. Do adicional de férias – art. 76.....	539
9.8.2. Estabilização extraordinária.....	490	10.6.2.7. Gratificação por encargo de curso ou concurso – art. 76-A	539
9.8.3. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável	490	10.6.2.8. Férias – art. 77.....	540
9.9. Estágio probatório.....	492	10.6.3. Das licenças – art. 81.....	542
9.9.1. Prazo do estágio probatório	493	10.6.3.1. Licença por motivo de doença em pessoa da família – art. 83	543
9.9.2. Quadro explicativo sobre as “fases” dos entendimentos sobre a duração do estágio probatório	494	10.6.3.2. Licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro – art. 84	544
9.10. Aposentadoria e pensão	494	10.6.3.3. Licença para o serviço militar – art. 85.....	545
10. Disposições da Lei nº 8.112/90	520	10.6.3.4. Licença para atividade política – art. 86	545
10.1. Âmbito de aplicação.....	520	10.6.3.5. Licença para capacitação – art. 87.....	546
10.2. Provimento – art. 8º.....	520	10.6.3.6. Licença para tratar de interesses particulares – art. 91.....	547
10.2.1. Formas de provimento	521	10.6.3.7. Licença para o desempenho de mandato classista – art. 92.....	548
10.2.1.1. Nomeação	521	10.7. Afastamentos	549
10.2.1.2. Promoção	524		
10.2.1.3. Readaptação – art. 24	524		
10.2.1.4. Reversão – art. 25.....	525		
10.2.1.5. Reintegração – art. 28	526		
10.2.1.6. Recondução – art. 29	526		
10.2.1.7. Aproveitamento – art. 30	527		
10.3. Da vacância – art. 33	528		
10.4. Remoção e redistribuição – arts. 36 e 37.....	529		
10.5. Substituição – art. 38	530		
10.6. Das vantagens – art. 49 (IGA)	531		
10.6.1. Espécies de indenizações	531		
10.6.1.1. Ajuda de custo – art. 53 ..	531		
10.6.1.2. Diárias – art. 58	532		

3. Não aplicação da Lei nº 14.133/2021	616	26.1. Desclassificação de propostas – art. 56.....	660
3.1. Licitação para empresas públicas e sociedades de economia mista	616	26.2. Negociação direta com o vencedor	661
4. Contratações no exterior	618	26.3. Desempate de propostas – art. 60	661
5. Contratações que envolvam recursos provenientes de empréstimo ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou de organismo financeiro de que o Brasil seja parte	618	26.4. Margem de preferência – art. 26 ...	663
6. Objeto da licitação.....	619	27. Habilitação – art. 62	664
7. Microempresa e empresa de pequeno porte	620	27.1. Habilitação – art. 66	666
8. Objetivos da licitação	621	27.2. Habilitação técnico-profissional e técnico-operacional – art. 67.....	666
9. Dos princípios	623	27.3. Habilitações fiscal, social e trabalhista – art. 68.....	668
10. Das definições	627	27.4. Habilitação econômico-financeira – art. 69	669
11. Plano de contratações anual	640	28. Da fase recursal – art. 165	670
12. Do Portal Nacional de Contratações Públicas – art. 174	641	29. Sistemática recursal.....	671
13. Vedações nas licitações – art. 14	643	30. Homologação – art. 71	671
13.1. Vedações gerais.....	643	31. Das modalidades de licitação – art. 28....	672
13.2. Empresas em consórcio – art. 15 ...	644	31.1. Concorrência e pregão – art. 29.....	674
13.3. Participação de cooperativas – art. 16.....	646	31.2. Concurso – art. 30	675
14. Fases da licitação – art. 17.....	647	31.3. Leilão – art. 31.....	676
15. Da fase preparatória – art. 18.....	648	31.4. Diálogo competitivo – art. 32	676
16. Metodologia BIM – art. 19, § 3º	649	32. Dos procedimentos auxiliares – art. 78 ...	678
17. Vedação para aquisição de artigos de luxo – art. 20	649	32.1. Credenciamento – art. 79.....	679
18. Realização de audiência pública – art. 21	650	32.2. Pré-qualificação – art. 80	682
19. Amostras e prova de conceito – art. 17, § 3º	650	32.3. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) – art. 81	683
20. Definição dos preços – art. 23	651	32.4. Sistema de Registro de Preços (SRP) – art. 82	684
21. Pesquisa de preços e contratação direta – art. 23, § 4º	653	32.5. Intenção de Registro de Preços (IRP) – art. 86.....	687
22. Pesquisa de preços para contratação de obras e serviços de engenharia – art. 23, § 2º	653	32.6. Registro Cadastral – art. 87	689
23. Sigilo de preços – art. 24	654	33. Da contratação direta – ART. 72	690
24. Edital – art. 25	655	34. Inexigibilidade – art. 74	691
24.1. Publicação do edital	657	35. Dispensa – art. 75	695
24.2. Impugnação do edital.....	658	36. Licitação dispensada – art. 76	702
25. Apresentação de propostas e lances – arts. 54 e seguintes	658		
26. Julgamento – art. 33	658		

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI

14.133/21	711
1. Contratos administrativos – art. 89	711
2. Classificação do contrato administrativo ...	714

3. Eficácia do contrato	716	9. Restrições ao uso da <i>exceptio non adimpleti contractus</i>	744
3.1. Convocação para assinatura do contrato	717	10. Garantias – art. 96	745
4. Reajuste, revisão e repactuação	719	11. Cláusula de retomada em contratos de obras e serviços de engenharia – art. 102	747
4.1. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato: causas justificadoras da inexecução e fatos posteriores à celebração do contrato	721	12. Da alocação de riscos – art. 103	748
5. Características dos contratos administrativos	725	13. Da execução dos contratos – art. 115.....	749
5.1. Finalidade pública	725	13.1. Prorrogação automática da execução	751
5.2. Natureza de contrato de adesão	726	14. Do recebimento do objeto do contrato – art. 140.....	751
5.3. Prazo determinado – art. 105.....	726	15. Extinção dos contratos – art. 137	752
5.3.1. Serviços contínuos.....	726	16. Dos pagamentos – art. 141.....	755
5.3.2. Contratos decorrentes de contratação direta	727	16.1. Remuneração variável – art. 144....	756
5.3.3. Administração usuária de serviço público	728	16.2. Pagamento antecipado – art. 145 ..	756
5.3.4. Contratos que geram receita para a Administração Pública	729	17. Da nulidade dos contratos – art. 147	757
5.3.5. Contratos de escopo.....	729	18. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos – art. 164.....	760
5.3.6. Contrato com fornecimento de bens.....	729	18.1. Sistemática recursal.....	761
5.3.7. Contrato de operação continuada de sistemas estruturantes de TI.....	729	19. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias – art. 151.....	762
5.4. Mutabilidade – art. 124.....	730		
5.5. <i>Intuitu personae</i> ou personalidade ou pessoal.....	730		
5.6. Presença de cláusulas exorbitantes	731		
6. Das prerrogativas da administração – art. 104	731		
6.1. Alteração unilateral – art. 124.....	732		
6.2. Extinção unilateral.....	734		
6.3. Fiscalização.....	735		
6.4. Aplicação das penalidades – art. 155.....	738		
6.4.1. Reabilitação (voltar a licitar e contratar).....	741		
6.4.2. Rito para aplicação das sanções .	742		
6.4.3. Desconsideração da personalidade jurídica.....	743		
7. Anulação.....	744		
8. Retomada do objeto.....	744		

QUESTÕES DE CONCURSOS

CAPÍTULO 10

SERVIÇOS PÚBLICOS	769
1. Introdução	769
2. Titularidade e forma de prestação	772
3. Competência para prestação dos serviços públicos	773
4. Conceito de serviço público.....	774
4.1. Conclusões sobre o conceito de serviço público	777
5. Empresas estatais e os serviços públicos...	778
6. Serviço público e poder de polícia.....	778
7. Classificação dos serviços públicos.....	779
8. Responsabilidade das concessionárias de serviço público	780
9. Princípios do serviço público	781
10. Exigência de licitação.....	783
11. Concessão e permissão de serviços públicos	787
11.1. Espécies de concessão	790

11.1.1. Cláusulas essenciais dos contratos de concessão	790	7.1. Equilíbrio econômico-financeiro e contratos de PPP	820
11.1.2. Mecanismos privados para resolução de disputas	791	7.2. Garantias nas PPPs	821
11.1.3. Dos encargos do poder concedente	792	8. Permissão de Serviço Público	821
11.1.4. Direitos e obrigações dos usuários	793	9. Autorização de serviço público	822
11.1.5. Dos encargos da concessionária	793	10. Princípios do serviço público	823
11.1.6. Política tarifária	794	11. Concessão – Competência legislativa	823
11.1.7. Subconcessão	795	12. Lei nº 13.460/2017, de 26 de junho de 2017 – Lei dos Usuários dos Serviços Públicos	824
11.1.8. Da intervenção	796	12.1. Introdução	824
11.1.9. Da extinção da concessão – art. 35	797	12.2. Conceitos	824
12. Parceria público-privada	800	12.3. Princípios	825
12.1. Espécies	803	12.4. Dos direitos básicos e deveres dos usuários	825
12.2. Exigência de licitação	803	12.4.1. Da Carta de Serviços	826
12.3. Julgamento das propostas	804	12.5. Dos deveres do usuário – art. 8º	827
12.4. Lances em viva voz	805	12.6. Das manifestações dos usuários de serviços públicos – art. 9º	827
12.5. Inversão de fases	805	12.7. Das ouvidorias	829
12.6. Vedações	805	12.8. Dos Conselhos de Usuários	830
12.7. Das cláusulas contratuais	806	12.9. Da avaliação continuada dos serviços públicos	830
12.8. Formas de contraprestação ao parceiro privado	807	12.10. Disposições finais e transitórias ..	830
12.9. Das garantias	807	13. Prorrogação de prazo e relicitação em contratos de concessões de rodovias, ferrovias e de aeroportos federais	831
12.10. Sociedade de propósito específico	808	13.1. Introdução	831
13. Autorização	808	13.2. Relicitação	832
		13.3. Prorrogação antecipada	833

ESTUDO AVANÇADO

1. Formas de prestação	809
2. Prestação de serviços públicos por meio de empresas estatais	810
2.1. ADPF nº 46 – o serviço postal (serviço público ou atividade econômica?)	811
3. Conceito de serviço público	814
4. Classificação dos serviços públicos	815
4.1. Serviços <i>uti universi</i> e concessão de serviço público	817
5. Política tarifária nas concessões	818
6. Extinção da concessão	819
7. Parceria Público-Privada	820

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 11

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	843
1. Moralidade × probidade	843
2. Ação de improbidade × ação popular	844
3. O Ministério Público	845
4. Constitucionalidade da ação de improbidade	845
5. Alterações provocadas com a Lei nº 14.230/21	846

6. Fundamento constitucional.....	849	7.4.4. Meios processuais de alegação da retroatividade.....	872
7. Regulamentação e sanções previstas na LIA	854	7.4.5. Conclusões.....	872
7.1. Abrangência da sanção de proibição de contratar com o poder público..	856	8. Natureza da ação de improbidade	874
7.2. Abrangência da sanção de perda da função pública	856	9. Competência	875
7.3. Execução das penas.....	857	10. Lei de improbidade e “agentes políticos”	876
7.4. Retroatividade da reforma da lei de improbidade administrativa (Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021)	858	11. Elementos do ato de improbidade	879
7.4.1. Introdução	858	11.1. Sujeito ativo	879
7.4.2. Princípios do direito (administrativo) sancionador no Brasil e no exterior.....	859	11.1.1. Pessoa jurídica sujeito ativo	881
7.4.2.1. Direito Estrangeiro	860	11.1.2. Ação de improbidade e foro por prerrogativa de função....	881
7.4.2.1.1. Portugal	860	11.2. Sujeito passivo.....	882
7.4.2.1.2. Itália.....	861	11.3. Ocorrência de ato de improbidade previsto nos arts. 9º, 10 ou 11.....	883
7.4.2.1.3. França	862	11.3.1. Elemento subjetivo.....	889
7.4.2.1.4. Espanha	862	12. Do procedimento administrativo e do processo judicial.....	889
7.4.2.1.5. Argentina	863	12.1. Representação.....	889
7.4.2.1.6. Tribunal Europeu de Direitos Humanos	864	12.1.1. Legitimidade.....	890
7.4.2.1.7. Conclusões sobre a análise do Direito estrangeiro	865	12.1.2. Rito	891
7.4.2.2. Direito Brasileiro.....	865	12.2. Transação, acordo ou conciliação (acordo de não persecução cível)...	894
7.4.2.2.1. Especificamente o princípio da retroatividade da lei sancionadora benéfica ao administrado: estado da arte.....	866	12.2.1. Legitimidade e requisitos	894
7.4.2.2.2. A “interpretação autêntica” da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal: a retroatividade das novas regras de improbidade.....	868	12.2.2. Procedimento	894
7.4.2.3. Síntese conclusiva	869	12.2.3. Oitiva do Tribunal de Contas	895
7.4.3. Reforma da lei de improbidade administrativa: o que retroage e o que não retroage (visão dos autores)	870	12.2.4. Momento	895
		12.2.5. Defesa pela assessoria jurídica	895
		13. Sentença da ação de improbidade	896
		13.1. Unificação de sanções	896
		13.2. Aplicabilidade das sanções	897
		14. Prescrição	898
		15. Da declaração de bens.....	901
		16. Das disposições penais.....	902
ESTUDO AVANÇADO			
		1. Moralidade e probidade.....	903
		2. Natureza das sanções previstas na lei de improbidade.....	903
		3. Lei nº 8.492/1992 e competência legislativa.....	903
		4. Aplicação das sanções da lei de improbidade mediante processo administrativo.....	904
		5. Patrimônio público	905

6. Atos meramente irregulares – qualificação como ato de improbidade.....	905
---	-----

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 12

PROCESSO ADMINISTRATIVO 917

1. Introdução	917
2. Âmbito de aplicação	917
2.1. Aplicação aos entes federativos	919
2.2. Aplicação na Administração Direta e Indireta, Poder Legislativo e Judiciário	919
3. Princípios	920
3.1. Princípios implícitos	929
4. Interessados	931
5. Impedimento e suspeição	933
6. Início do processo.....	934
7. Da competência.....	935
7.1. Delegação e avocação	935
7.1.1. Características da delegação	937
7.1.2. Avocação	937
7.1.3. Diferenças e semelhanças entre delegação e avocação.....	938
8. Desistência e extinção do processo.....	938
9. Da decisão coordenada	939
10. Recursos	939
10.1. Legitimados	941
10.2. Prazos	942
10.3. Agravamento (<i>reformatio in pejus</i>)	942

ESTUDO AVANÇADO

1. Processo e procedimento.....	943
---------------------------------	-----

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 13

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.... 949

1. O que é responsabilidade civil?	949
--	-----

2. Classificação da responsabilidade civil	950
--	-----

2.1. Classificação quanto à configuração: responsabilidade objetiva e subjetiva	950
---	-----

2.2. Classificação quanto à conduta: responsabilidade comissiva e omissiva	952
--	-----

2.3. Comparando.....	953
----------------------	-----

3. Evolução histórica da responsabilidade estatal: teorias	953
--	-----

3.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	953
---	-----

3.2. Teoria (civilista) da responsabilidade por atos de gestão.....	955
---	-----

3.3. Teoria da culpa civil (teoria da responsabilidade subjetiva)	955
---	-----

3.4. Teoria da culpa administrativa ou culpa do serviço ou culpa anônima (<i>faute du service</i>)	956
--	-----

3.5. Teorias do risco	957
-----------------------------	-----

3.5.1. Teoria do risco integral	958
---------------------------------------	-----

3.5.1.1. Responsabilidade por danos ambientais	960
--	-----

3.5.2. Teoria do risco administrativo	961
--	-----

3.6. Quadro comparativo entre as principais teorias da responsabilidade estatal.....	963
--	-----

4. Responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	963
---	-----

4.1. Regra: responsabilidade objetiva (teoria do risco administrativo)	963
--	-----

4.1.1. Pressupostos da responsabilidade do Estado.....	964
--	-----

4.1.2. Saída de presos em datas comemorativas: “saidão”	973
---	-----

4.2. Histórico da responsabilidade estatal no Brasil.....	975
---	-----

5. Análise do art. 37, § 6º	977
-----------------------------------	-----

5.1. Responsabilidade de concessionários e permissionários de serviços públicos	978
---	-----

6. Estado como “garante”/situação propiciatória de dano.....	980
--	-----

7. Hipóteses de exclusão da responsabilidade objetiva	982
---	-----

7.1. Caso fortuito e força maior	983
--	-----

7.2. Culpa exclusiva da vítima	985
--------------------------------------	-----

7.2.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	986
8. Responsabilidade por ato lícito	987
8.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	987
9. Responsabilidade subjetiva por ato omissivo: <i>faute du service</i>	988
9.1. Como os tribunais vêm analisando o tema	989
10. Quadro-resumo das teorias sobre a responsabilidade civil do estado admitidas no Brasil.....	990
11. Responsabilidade civil por atos não administrativos.....	990
11.1. Responsabilidade por ato judicial ..	990
11.1.1. Indenização em razão de prisão preventiva.....	993
11.2. Responsabilidade por atos legislativos	994
12. Danos de obra pública.....	996
13. Cobrança judicial do dano e ação regressiva	997
13.1. Responsabilidade do agente público.....	997
13.2. Ação regressiva: legitimidade passiva.....	998
13.3. Ação regressiva: denúncia à lide.....	1000
14. Prescrição	1001

ESTUDO AVANÇADO

1. Teorias – evolução	1002
1.1. Omissão genérica e específica	1002
2. Teoria do risco integral	1003
3. Responsabilidade de outras entidades.....	1006
4. Danos causados por notários (tabeliães) e oficiais de registro	1006
5. Excludentes.....	1006
6. Concausas.....	1007
7. Responsabilidade na omissão	1007
8. O dano passível de indenização.....	1008
9. Responsabilidade por atos do Poder Judiciário	1008
10. Responsabilidade por omissão legislativa	1009

11. Ação regressiva: legitimidade passiva	1009
12. Ação regressiva: denúncia à lide.....	1010
13. Prescrição	1011
14. É possível a aplicação da “teoria da perda de uma chance” diante do poder público?.....	1012

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 14

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	1023
1. Introdução	1023
1.1. Competência	1024
1.2. Fundamentos	1024
1.3. Modalidades.....	1024
2. Servidão administrativa	1024
2.1. Objeto	1025
2.2. Formas de instituição	1025
2.3. Extinção.....	1025
2.4. Indenização	1025
2.5. Características	1026
3. Requisição	1026
3.1. Objeto e indenização.....	1026
3.2. Instituição e extinção	1027
3.3. Características	1027
4. Ocupação temporária.....	1027
4.1. Modalidades e indenização.....	1027
4.2. Extinção.....	1028
4.3. Características	1028
5. Limitações administrativas	1028
5.1. Indenização	1029
5.2. Características	1029
6. Tombamento	1029
6.1. Fonte normativa	1029
6.2. Objeto	1030
6.3. Natureza jurídica	1031
6.4. Espécies.....	1031
6.5. Desfazimento	1031
6.6. Efeitos.....	1031
6.7. Controle.....	1032

7. Desapropriação	1033
7.1. Fundamentos da desapropriação.....	1033
7.2. Desapropriação por necessidade pública	1034
7.3. Desapropriação por utilidade pública	1034
7.4. Desapropriação por interesse social	1035
7.5. Desapropriação-sanção ou confiscatória	1036
7.6. Competência	1036
7.7. Sujeitos ativos da desapropriação.....	1037
7.8. Sujeitos passivos da desapropriação	1037
7.9. Bens desapropriáveis	1038
7.10. Destinação dos bens	1038
7.11. Procedimento de desapropriação ..	1039
7.11.1. Fase declaratória	1039
7.11.2. Fase executória	1041
7.11.3. Contestação	1042
7.11.4. Imissão provisória na posse.....	1042
7.12. Indenização	1044
7.12.1. Indenização mediante títulos da dívida agrária e títulos da dívida pública	1050
7.13. Desapropriação indireta	1051
7.14. Desapropriação por zona	1053
7.15. Direito de extensão	1053
7.16. Tredestinação	1053
7.17. Retrocessão	1054
7.18. Espécies de desapropriação	1055
7.18.1. Desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária	1055
7.18.1.1. Pequena e média propriedade rural.....	1057
7.18.1.2. Princípio da saisine	1059
7.18.1.3. Propriedade produtiva	1060
7.18.1.4. Indenização	1062
7.18.1.5. Procedimento judicial	1063
7.18.2. Desapropriação por interesse social – desapropriação urbanística	1064
7.18.3. Desapropriação-sanção ou confiscatória	1065

ESTUDO AVANÇADO

1. Tombamento	1067
1.1. Tombamento – espécie de ato: discricionário ou vinculado	1067
1.2. Tombamento – espécie de servidão.	1068
1.3. Instituição do tombamento.....	1068
2. Servidão.....	1068
2.1. Servidão – instituição	1068
2.2. Servidão – prescrição	1069
2.3. Servidão – indenização.....	1069
2.4. Servidão e limitação administrativa .	1069
3. Desapropriação	1070
3.1. Intervenção do Ministério Público na desapropriação.....	1070
3.2. Bens desapropriáveis	1070
3.3. Fase declaratória	1071
3.4. Caducidade – desapropriação para fins de reforma agrária	1071
3.5. Fase executória.....	1072
3.6. Indenização	1072
3.7. Retrocessão – natureza jurídica (direito real ou pessoal).....	1072
3.8. Retrocessão – prescrição.....	1074
3.9. Desapropriação indireta – prescrição	1074
3.10. Desapropriação por zona	1075

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 15

BENS PÚBLICOS	1087
1. Introdução	1087
2. Classificação dos bens públicos	1087
2.1. Quanto à titularidade	1088
2.2. Quanto à natureza/destinação.....	1090
3. Características dos bens públicos	1093
3.1. Inalienabilidade.....	1093
3.2. Impenhorabilidade	1093
3.3. Imprescritibilidade	1094
3.4. Impossibilidade de oneração	1094

4. Uso dos bens públicos por particular	1095	1.2. Parâmetros de controle (art. 70, <i>caput</i>)	1123
4.1. Espécies de uso	1095	1.3. Sujeitos passíveis de controle	1123
4.2. Uso de “bens públicos afetados” por particular	1096	2. Tribunal de contas da união	1124
4.2.1. Autorização de uso	1097	2.1. Natureza jurídica	1124
4.2.2. Permissão de uso	1098	2.2. Sede: Distrito Federal (art. 73, <i>caput</i>)	1124
4.2.3. Concessão de uso	1098	2.3. Autoadministração	1124
4.3. Uso de “bens públicos não afetados” por particular	1099	2.4. Alcance do controle (“jurisdição”) ...	1124
4.3.1. Locação	1099	2.5. Composição: 9 Ministros (art. 73, <i>caput</i>)	1124
4.3.2. Arrendamento	1100	2.5.1. Requisitos para escolha (§ 1º)	1124
4.3.3. Enfitese ou aforamento	1100	2.5.2. Garantias, prerrogativas e impedimentos	1125
4.3.4. Cessão de uso	1100	2.5.3. Escolha (§ 2º) dos Ministros do TCU	1125
4.3.5. Concessão de direito real de uso	1101	3. TCU – atribuições	1125
5. Aquisição de bens pelo poder público	1102	4. Fiscalização no âmbito estadual e municipal	1131
6. Bens públicos em espécie	1103	4.1. Fiscalização contábil, orçamentária e financeira (art. 31)	1131
6.1. Terrenos de marinha e seus acréscimos	1103	4.2. Tabela comparativa das fiscalizações, nos diversos âmbitos federativos ...	1132
6.2. Terrenos reservados e seus acréscimos	1105	5. Outras disposições sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária	1132
6.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	1106	6. Outros órgãos que também realizam a fiscalização contábil, financeira e orçamentária (rol meramente exemplificativo)	1132
6.4. Faixa de fronteira	1107	7. Remédios constitucionais	1133
6.5. Terras devolutas	1107	7.1. <i>Habeas corpus</i>	1133
6.5.1. Ação discriminatória	1108	7.1.1. Considerações importantes	1134

ESTUDO AVANÇADO

1. Conceito de bens públicos	1109
2. Afetação e desafetação	1110
3. Autorização e permissão	1111

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

REVISÃO

QUESTÕES DE CONCURSO

CAPÍTULO 16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO

1. Controle administrativo	1121
1.1. Espécies de controle	1121
1.1.1. Quanto ao âmbito ou origem	1121
1.1.2. Quanto ao momento	1122
1.1.3. Quanto ao aspecto	1122
1.1.4. Quanto à amplitude	1123

1.2. Parâmetros de controle (art. 70, <i>caput</i>)	1123
1.3. Sujeitos passíveis de controle	1123
2. Tribunal de contas da união	1124
2.1. Natureza jurídica	1124
2.2. Sede: Distrito Federal (art. 73, <i>caput</i>)	1124
2.3. Autoadministração	1124
2.4. Alcance do controle (“jurisdição”) ...	1124
2.5. Composição: 9 Ministros (art. 73, <i>caput</i>)	1124
2.5.1. Requisitos para escolha (§ 1º)	1124
2.5.2. Garantias, prerrogativas e impedimentos	1125
2.5.3. Escolha (§ 2º) dos Ministros do TCU	1125
3. TCU – atribuições	1125
4. Fiscalização no âmbito estadual e municipal	1131
4.1. Fiscalização contábil, orçamentária e financeira (art. 31)	1131
4.2. Tabela comparativa das fiscalizações, nos diversos âmbitos federativos ...	1132
5. Outras disposições sobre a fiscalização contábil, financeira e orçamentária	1132
6. Outros órgãos que também realizam a fiscalização contábil, financeira e orçamentária (rol meramente exemplificativo)	1132
7. Remédios constitucionais	1133
7.1. <i>Habeas corpus</i>	1133
7.1.1. Considerações importantes	1134
7.1.2. Jurisprudências importantes	1135
7.2. <i>Habeas data</i>	1136
7.3. Mandado de segurança	1137
7.3.1. Jurisprudências importantes	1138
7.3.2. Mandado de segurança coletivo	1139
7.4. Mandado de injunção	1140
7.4.1. Posições do STF sobre o mandado de injunção	1142
7.4.2. A nova Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300, de 23.6.2016)	1144
7.5. Ação popular	1146
8. Direito de petição e direito de certidão	1147

ESTUDO AVANÇADO

1. Natureza jurídica do TCU	1147
2. Registro de aposentadoria.....	1148
3. <i>Accountability</i>	1150

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**REVISÃO****QUESTÕES DE CONCURSO****CAPÍTULO 17****SÚMULAS 1159**

1. Súmulas vinculantes	1159
2. Súmulas do STF.....	1159
3. Súmulas do STJ	1161

BIBLIOGRAFIA..... 1165